



O TRATO COM O CORPO E A SAÚDE EM MEIO A SOCIEDADE DE CLASSES.

ANDREIA GUIMARÃES DE SIQUEIRA VIEIRA*

Resumo: *Este artigo tem como objetivo discutir as relações entre corpo e saúde em meio à lógica capitalista e suas implicações diante da luta de classes. Estabelece as relações dos indivíduos e seus corpos, partindo da premissa de que as diferenças sociais são constitutivas do trato com o corpo. Relaciona o lidar com os corpos com as políticas públicas de promoção de saúde para a massa, destacando o papel da educação física nesse embate. Por fim é enfatizada a necessidade de se politizar as questões ligadas à saúde, pois estas estão intimamente ligadas às condições de vida da população.*

Palavras-chave: *corpo, saúde e capitalismo.*

Este artigo tem como objetivo discutir as relações entre corpo e saúde em meio à lógica capitalista e suas implicações diante da luta de classes. Cabe-nos então responder aos seguintes questionamentos: De que forma a lógica Capitalista perpassa pelas questões das óticas e estéticas corporais e de suas significações? Existem diferenças no trato com o corpo entre as classes sociais? Como a forma com que os indivíduos lidam com seus corpos se relaciona com as proposições no campo da saúde e da Educação Física?

O diálogo com a forma histórica que o Capitalismo rege as relações sociais de forma a produzir uma oposição entre as classes, que entrelaça suas redes de sustentação por todas as áreas, nos possibilita dialogar dialeticamente no que tange ao controle dos usos dos corpos com a saúde e a Educação Física, recorrendo à análise bibliográfica do que tem sido produzido nessa área.

Para tanto, buscamos desmistificar as relações dos indivíduos e seus corpos diante da luta de classes, partindo da premissa de que as possibilidades, limitações e oportunidades sociais são determinantes nas atitudes em relação ao corpo, e por isso contribuem por constituir comportamentos característicos que permeiam cada classe social.

Em segundo plano são abordadas as visões em relação ao corpo e a saúde do indivíduo, que fundamentam as políticas públicas de promoção de saúde para a massa, destacando as propostas que envolvem a educação física como estratégia sanitária dominante de controle dos corpos e que emergem de uma visão de saúde restrita, que desconsidera os aspectos

* Pós-Graduada em Docência Universitária pela UNIFAN. Graduada em Educação Física pela UEG. E-MAIL: andrea_gsv@hotmail.com



sociais.

O CORPO E AS CLASSES SOCIAIS

A modernidade é o palco da consolidação do regime capitalista, modo de produção fundamentado na divisão de classes e exploração da força de trabalho de uma, para garantia de privilégios e acumulação de riquezas por parte da outra.

Este sistema permite a exploração da classe trabalhadora pela Burguesia, que “*retém os meios de produção material como também os meios de produção cultural e da sua difusão, tendendo colocá-la a serviço de seus interesses*” (LIBANÊO: 1994 p. 20).

É mediante a inoculação da visão de mundo da classe dominante que se impede que a classe dominada tenha a possibilidade de elaborar sua própria visão de mundo segundo seus interesses e possibilitar a sua emancipação (DEIRÓ, 1978).

Além disso, a maioria dominante dispõe de meios de difundir a sua própria concepção de mundo (idéias, valores, práticas sobre a vida, o trabalho, as relações humanas etc.) para justificar, ao seu modo, o sistema de relações sociais que caracteriza a sociedade capitalista. Tais idéias, valores e práticas, apresentados pela minoria dominante como representativos dos interesses de todas as classes sociais, são o que se costuma denominar de ideologia. (LIBANÊO: 1994, p. 20)

As formas com que essas classes sociais se relacionam em sua corporeidade são marcadas pela cultura que as orientam, pela lógica capitalista que rege as relações entre os indivíduos e o meio, sendo por isso parte determinante nas significações e valores que se refletem nas atitudes em relação ao corpo, nos comportamentos e representações característicos de cada classe social (BOURDIEU, 1979).

O esquema de produção de bens no capitalismo esteve desde o início associado a uma forma específica de lidar com o corpo do trabalhador, buscando controlá-lo, discipliná-lo e criando formas de aproveitar melhor a sua força de trabalho. Ora, o lucro advém da boa utilização dos instrumentos e recursos, do controle de todo o processo de produção, inclusive dos corpos do trabalhador, sendo que até mesmo as atividades do não-trabalho passam a ser racionalizadas com fins na eficiência do corpo para o trabalho.

De acordo com Soares (2002), no processo de industrialização a busca de possíveis formas de se controlar os corpos ganhou significativa importância, e nesse contexto foi lançado mão da educação física, como uma estratégia de disciplinamento, de controle das atividades corporais, até mesmo as desenvolvidas no tempo livre, para moldar os corpos dos trabalhadores a serviço dos interesses da classe dominante, conforme as necessidades para o trabalho.

Soares (2001, p. 20), em consonância com Foucault, diz que “*o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que antes de tudo investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica*”.



Logo, as intervenções por meio da educação física foram construídas em consonância aos interesses de adestramento para o trabalho, sob um viés biológico, sanitarista, aos quais interessavam contribuir com a construção de um trabalhador saudável, forte, ágil. Construindo indivíduos capazes de suportar longas jornadas de trabalho em condições desgastantes, e que ainda assim, pudessem e se propusessem a produzir com eficiência, suportando as intempéries do trabalho sem, contudo gozar de condições dignas de vida.

Ora, a doença prejudica o desempenho no trabalho, o desenvolvimento da produção para consumo e por consequência diminui o lucro do burguês. E sendo as condições de vida do trabalhador propícias ao acometimento de doenças, a saúde ganha destaque no cenário das políticas públicas pensadas e geridas pela classe dominante. No intuito de promover ações que controlem em certo ponto as doenças, procuram formas de intervir na questão da saúde sem melhorar as condições de vida da massa, sem alterar a estrutura social.

Ora, não é interessante para a sustentabilidade do sistema capitalista que se promovam condições dignas e justas de vida ao trabalhador, porque é da exploração do mesmo que emana o lucro do burguês. É o trabalho não-pago e o salário injusto e baixo que garante a acumulação de riquezas de uma minoria rica, e que se reflete em miséria para o trabalhador: moradias de má qualidade, péssimas condições de alimentação e higiene, má educação e condições de trabalho degradantes.

Essa situação de exploração e desigualdades se perpetua ao longo dos tempos, pois como havia dito, toda a estrutura do sistema está a serviço do Burguês e busca garantir que o trabalhador alienado, sem consciência de sua exploração ou de formas para lutar contra ela, continue submisso à essa lógica, aceitando as condições em que vive como se isso fosse normal. Como se a exploração e as condições indignas de vida fossem fruto da sorte de ter nascido pobre e da incompetência particular de quebrar com as regras que o mantém pobre. Por si só o trabalhador não consegue perceber que existe uma rede em funcionamento para garantir que ele não consiga a ascensão social.

De acordo com Boltanski (1974), o próprio trabalhador vê os usos sociais do seu corpo de forma alienada. Segundo o autor, essa classe estabelece uma relação instrumental com o corpo, pois depende dele para o trabalho. E nesse sentido a doença se coloca como um entrave para o desenvolvimento do trabalho, para o uso e venda de sua força e garantia do sustento. A alienação do trabalhador agregada ao capitalismo cumpre com o papel de enrijecer os sistemas de significações, de cultura e de valores ligados ao corpo e difundidos na sociedade, possibilitando que se perpetuem as condições de vida em que cada classe está submetida.

A necessidade de venda da sua força de trabalho é tamanha que o trabalhador passa a preocupar-se quase que exclusivamente em manter sua “máquina” corporal funcionando, para que este não perca o seu emprego, sua forma de subsistência. E o excedente de trabalhadores em busca de mercado de trabalho, prontos para assumirem a vaga daqueles que não produzam em conformidade com o que se exige, garante que o trabalho seja realizado acima de quaisquer prejuízos para o trabalhador.

Tendo o interesse voltado exclusivamente para o funcionamento desse corpo e a venda de sua força de trabalho, em sua maioria, a classe trabalhadora não se ocupa em manter cuidados especiais com o corpo, cuidados ligados à beleza, ao bem-estar pelo simples lazer e prazer. Não se ocupam em desenvolver o intelecto sem que isto seja uma exigência de sua



atividade desempenhada no trabalho, haja vista que a maior parte dos trabalhadores se ocupa em atividades manuais do que intelectuais. Acaba por considerar um verdadeiro desperdício de forças se ocuparem com o expressar de suas emoções ou as emoções, valores e rede de significações dos outros, assim, de forma despreziosa.

No universo da classe dominante, ao contrário da classe trabalhadora, normalmente os indivíduos tendem a estabelecer uma relação mais consciente com o corpo, a partir do grau de independência no trabalho do uso da força.

Na medida em que subimos na hierarquia social, que o nível de instrução cresce e que diminui correlativa e progressivamente a importância do trabalho manual em relação ao trabalho intelectual, o sistema de regras que rege a relação do indivíduo com o corpo é igualmente modificado. Quando a atividade profissional é essencialmente uma atividade intelectual que não exige nem força nem competência física particular, os sujeitos sociais tendem a estabelecer uma relação consciente com o corpo e a tomar mais cuidado com as sensações orgânicas e à expressão dessas sensações e, em segundo lugar, a valorizar a 'graça', a 'beleza', a 'forma física' em detrimento da força física (BOLTANSKI, 1974 *apud* L. BRETON, 2006, p. 83).

Portanto, o uso de seus corpos pelas diferentes classes sociais está intimamente ligado ao nível de consciência no que diz respeito aos cuidados com o corpo, no lidar com as sensações orgânicas e emocionais. Nesse sentido, a educação para promoção dos usos conscientes do corpo, nos cuidados relacionados à saúde, passa pela Educação Física e seus discursos.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO DA SAÚDE

As políticas públicas de promoção de saúde que atingem preferencialmente a massa, não estão isentas de interesses de classe, oriundos do embate das classes sociais. Sendo que até mesmo o conceito de saúde muda de enfoque, a partir das intenções de classe presentes em suas propostas. Na prática, a classe dominante consegue utilizar do aparato do Estado para construir políticas de promoção de saúde que favoreçam aos seus ideais de classe, controlando a incidência de doenças sem, contudo melhorar as condições de vida do trabalhador.

Como estratégia de intervenção no campo da saúde, as manifestações contemporâneas no campo da educação física estão sendo tomadas pelo discurso dominante para consolidarem a atual moral sanitária, fundamentada no discurso persuasivo da vida ativa. A ideologia da vida ativa trata-se de uma política de promoção de saúde em massa, que se apropria da Educação Física com seus pressupostos teóricos, para se afirmar a partir de conhecimentos científicos. Esse discurso da vida ativa surge como solução para o acometimento de doenças, enfatizando a responsabilidade individual de se fazer atividades físicas para não ficar doente. O trabalhar o corpo aparece como uma forma milagrosa de se evitar doenças, ligadas a hábitos ditos saudáveis que passam a ser exigidos por esse discurso.

Como expressão dessa proposta, o programa Agita São Paulo, criado para combater o sedentarismo, busca com o apoio do Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de



São Caetano do Sul (CELAFISCS) e da Secretaria de Saúde de São Paulo promover o estilo de vida ativo através de um programa de atividades físicas e dos benefícios por elas alcançados.

Esse programa veicula a mensagem que *“trinta minutos de atividade física por dia na maior parte dos dias da semana, se possível todos, de forma contínua ou acumulada”* (FRAGA 2006, p. 3), abrangendo atividades domésticas, deslocamentos e atividades de lazer, são suficientes para manter uma vida ativa e obter benefícios fisiológicos de saúde pelo cuidado de si e negar o grande mal do sedentarismo.

A atividade física é tida como solução para o problema das doenças ao diminuir o risco de doenças coronarianas, combatendo o sedentarismo, o stress, e contribuindo com a prevenção e controle de outras doenças como hipertensão, diabetes e obesidade.

Veicula a ideia de que só é doente quem quer, pois praticando atividade física, apenas 30 (trinta) minutos por dia, que podem ser parcelados em tempos menores, obedecendo a uma lógica de causa e efeito, essas pessoas estarão livres de doenças.

Sua mensagem foi amplamente divulgada pelo marketing envolvendo o programa que contava com parcerias com várias empresas, ganhando proporções nacionais e mundiais, por sua divulgação em fóruns da educação física e nos meios de comunicação.

Apesar de negar o sedentarismo, o discurso da vida ativa é financiado por instituições não-governamentais e empresas privadas, que utilizando do marketing positivo de contribuir com a saúde promovem suas marcas, entre essas empresas se encontram marcas de *fast-food*, que em sua maioria contribuirão com o sedentarismo e a obesidade.

Contudo, essa mensagem pode ser considerada uma ideologia dominante ao trazer a responsabilidade da manutenção da saúde ao indivíduo, como se a doença representasse um fracasso individual no cuidado de si, eximindo o Estado da sua responsabilidade em prover melhores condições de vida ao trabalhador e diminuir os gastos com tratamento médico-hospitalares.

Essa ideologia prega o combate ao sedentarismo através da prática de atividades físicas, como se isso resolvesse todos os problemas relacionados à saúde. A saúde passa a ser visto como uma responsabilidade individual e não coletiva, de responsabilidade do Estado. Esse modelo, de acordo com Palma (2001), leva à culpabilização do indivíduo pelo acometimento de doenças.

Os cidadãos desprovidos de boas condições financeiras, tem tido seu direito de acesso a um sistema de saúde público de qualidade pela crescente desobrigação do Estado em prover saúde à massa, saúde esta que não depende somente do controle e prevenção das doenças, mas do fornecimento de condições dignas de vida.

Dessa divergência de pensamentos pautada nos interesses de classe podemos destacar duas leituras sobre o conceito de saúde, distintas e opostas. Uma primeira visão sobre saúde está pautada no conceito apresentado pela OMS que compreende saúde como *“é estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”* (LEWIS, 1986 *apud* PALMA, 2001, p. 29). O fator biológico é o centro dessa discussão em saúde, entendendo que a doença pode ser evitada acabando com a sua causa, com foco no processo de eliminação das doenças. A partir dessa visão de saúde é elaborada a maior parte das políticas de promoção de saúde para a massa, inclusive a da “ideologia da vida



CONCOCE / CONDICE 2010
IV Congresso Centro-Oeste de Ciências do Esporte
I Congresso Distrital de Ciências do Esporte
22 a 25 de setembro de 2010 - Brasília, DF
ISSN 2178-485X



ativa”, desconsiderando as questões sociais que interferem na saúde do indivíduo.

Uma segunda vertente de estudos, esta mais crítica, vê a saúde além do fator biológico, englobando questões de moradia, trabalho, emprego, relações pessoais e com os outros, relações de desigualdades econômicas, sem negar a influência do sedentarismo e dos fatores biológicos, mas relacionando-os com o contexto do indivíduo.

Saúde é o resultante das condições de alimentação, habitação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde. É, assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida (MINAYO, 1992 apud PALMA, 2001, p. 29).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações dos indivíduos com sua corporeidade estão ligadas ao seu contexto histórico-social. As visões sobre o corpo e sua saúde passam pelas orientações e significações de sua cultura, pela organização social.

Pensar o corpo na sociedade capitalista é pensar os determinantes de classe que agem sobre os indivíduos, sobre a ordem social que reflete as condições objetivas do viver de cada classe.

A relação do corpo e da doença e as políticas de promoção de saúde não estão isentas dessas visões de classe, sendo a organização hegemônica preponderante no estabelecimento dessas políticas, privilegiando a visão de saúde que favorece uma minoria dominante. E por isso são produzidas políticas pautadas no viés unicamente biológico.

Contudo, analisar o campo da saúde deve ir além do biológico. Os problemas ligados à saúde estão relacionados às desigualdades sociais, à estrutura própria do capitalismo em sua lógica de exploração do trabalhador e por isso não podem ser desconsiderados quando da produção de políticas públicas na saúde.

As discussões no campo da educação física e saúde precisam estar atentas às implicações sociais presentes nessa problemática, abandonando as visões simplistas sobre o tema que tendem a propor falsas promessas de solução por meio de intervenções restritas.

Destaca-se a necessidade de ampliar o conceito de saúde para além do viés biológico, para que sirva de fundamento para políticas mais efetivas, que se preocupem com a situação social do trabalhador, que funcione como um veículo para a educação corporal que possibilite a tomada de consciência da classe trabalhadora sobre os usos de seus corpos, deixando de embarcar em programas de produção de saúde simplistas, que não alteram as reais condições de melhora na saúde.

Constituída historicamente a Educação Física como fomentadora do caráter científico necessário às propostas no campo da saúde que não se comprometeram efetivamente em melhorar as condições de vida do trabalhador, esta tem o dever de rever o seu papel social e politizar melhor as suas discussões no campo da promoção de saúde para a massa trabalhadora. Tem a função de esclarecer os maus usos e infortúnios causados pela sua utilização dentro das políticas hegemônicas que garantiram e ainda se propõe a garantir que os



CONCOCE / CONDICE 2010
IV Congresso Centro-Oeste de Ciências do Esporte
I Congresso Distrital de Ciências do Esporte
22 a 25 de setembro de 2010 - Brasília, DF
ISSN 2178-485X



trabalhadores tenham os seus corpos para uso e funcionamento ligados exclusivamente aos interesses do trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARVALHO, Yara Maria de. **Atividade física e saúde: onde está e quem é o “sujeito” da relação?** Revista brasileira de Ciências do Esporte, v. 22, n.2, p. 9 – 21, jan. 2001.

DEIRÓ, Maria de Lourdes Chagas. **As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos**. São Paulo: Moraes, 1978.

FRAGA, Alex Branco. **Exercício da informação: governo dos corpos no mercado da vida ativa**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

FUNARO, Vânia Martins Bueno de Oliveira (Coord.). **Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP: documento eletrônico e impresso - Parte I (ABNT)**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: SIBi/USP, 2009. 102 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1986.

L. BRETON, David. **A sociologia do corpo**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1993 - (Coleção magistério - 2º grau. Série formação de professor).

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Volume 1. Livro 1. Cap. 5. Pg 92-220 20ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

_____. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. Pg. 110-121. – São Paulo: Martin Claret, 2004. – (Coleção a obra-prima de cada autor).

PALMA, Alexandre. **Educação física, corpo e saúde: uma reflexão sobre outros “modos de olhar”**. Revista brasileira de Ciências do Esporte, v. 22, n.2, p. 23 – 39, jan. 2001.

SOARES, Carmem Lúcia. **Imagens da Educação no corpo – estudo a partir da ginástica francesa no século XIX**. 2ª ed. Autores Associados Editora, 2002.

_____. **Educação Física Raízes Europeias e Brasil**. - 2 ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.- (coleção educação contemporânea).